Maxi educa

MANAUSPREV-AM

MANAUS PREVIDÊNCIA - AMAZONAS

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO ADMINISTRATIVA



- APOSTILA COMPLETA
- MATERIAL PARA DOWNLOAD
- TEORIA E QUESTÕES

EDITAL Nº 01/2026 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação: https://www.maxieduca.com.br

Maxi educa

SUMÁRIO

MANAUSPREV - AM

Analista Previdenciário - Administrativa

LÍNGUA PORTUGUESA

Ortografia 1
Acentuação 10
Emprego do sinal indicativo de crase 13
Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados 17
Relação do texto com seu contexto histórico 22
Denotação e conotação. Sinonímia e antonímia 26
Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre 27
Intertextualidade 32
Figuras de linguagem 36
Morfossintaxe. Coordenação e subordinação 42
Elementos estruturais e processos de formação de palavras 48
Pontuação 54
Pronomes 64
Concordância nominal e concordância verbal 67
Flexão nominal e flexão verbal. Vozes do verbo. Correlação de tempos e modos verbais 73
Regência nominal e regência verbal 78
Conectivos 84
Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas) ... 86
Questões 96
Gabarito 110

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Estrutura Lógica De Relações Arbitrárias Entre Pessoas, Lugares, Objetos Ou Eventos Fictícios; Deduzir Novas Informações Das Relações Fornecidas E Avaliar As Condições Usadas Para Estabelecer A Estrutura Daquelas Relações 1
Compreensão E Elaboração Da Lógica Das Situações Por Meio De: Raciocínio Verbal, Raciocínio Matemático, Raciocínio Sequencial, Orientação Espacial E Temporal, Formação De Conceitos, Discriminação De Elementos 12
Compreensão Do Processo Lógico Que, A Partir De Um Conjunto De Hipóteses, Conduz, De Forma Válida, A Conclusões Determinadas 34

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Noções Básicas De Proporcionalidade E Porcentagem: Problemas Envolvendo Regra De Três Simples, Cálculos De Porcentagem, Acréscimos E Descontos 39

Noções De Estatística: Medidas De Tendência Central (Moda, Mediana, Média Aritmética Simples E Ponderada) E De Dispersão (Desvio Médio, Amplitude, Variância, Desvio Padrão); Leitura E Interpretação De Gráficos (Histogramas, Setores, Infográficos) E Tabelas 44

Questões 52

Gabarito 58

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos Básicos De Informática, Hardware, Software 1

Sistemas Operacionais (Microsoft Windows 11) E Gerenciamento De Arquivos E Pastas 5

Utilização De Editores De Texto (Microsoft Word 2024), Planilhas Eletrônicas (Microsoft Excel 2024) E Apresentações (Microsoft Powerpoint 2024), Incluindo Criação, Edição, Formatação, Fórmulas E Funções Básicas, Tabelas E Gráficos 11

Uso Da Internet (Google Chrome, Microsoft Edge E Mozilla Firefox), Correio Eletrônico (Microsoft Outlook 2024), Armazenamento Em Nuvem (Microsoft Onedrive/Microsoft 365 E Google Drive/Google Workspace) E Ferramentas De Comunicação E Compartilhamento De Arquivos (Microsoft Teams/Microsoft 365 E Google Meet/Google Workspace) 20

Noções De Segurança Da Informação, Proteção De Dados, Senhas, Autenticação, Phishing, Vírus, Malware, Engenharia Social, Backup, Lgpd E Boas Práticas De Segurança No Ambiente De Trabalho 50

Questões 82

Gabarito 88

NOÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Conceitos Básicos, Aplicações No Ambiente De Trabalho (Chatgpt, Microsoft Copilot E Google Gemini), Uso Responsável, Privacidade, Proteção De Dados, Verificação De Informações E Limitações Das Ferramentas De Ia 1

Questões 11

Gabarito 16

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição Federal – Dos Princípios Fundamentais 1

Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Dos Direitos Sociais; Da Nacionalidade; Dos Direitos Políticos 2

Da Organização do Estado: Da União; Dos Estados Federados; Dos Municípios; Do Distrito Federal 19

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Da Administração Pública: Disposições Gerais; Dos Servidores Públicos 32
Da Organização dos Poderes: Poder Legislativo: do processo legislativo 42
Do Poder Executivo: Atribuições e Responsabilidades do Presidente da República ... 47
Do Poder Judiciário: Disposições Gerais, Do Supremo Tribunal Federal, Do Superior Tribunal de Justiça 50
Da Ordem Social: da Seguridade Social: Disposições Gerais; Da Saúde; Da Previdência Social; Da Assistência Social; Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso 67
Questões 79
Gabarito 87

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, Governo e Administração Pública: Conceito, objeto e fontes 1
Princípios da Administração Pública 5
Organização administrativa: centralização, descentralização; administração direta e indireta; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista 11
Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, extinção – cassação, anulação, revogação e convalidação; decadência 17
Improbidade administrativa: Lei Federal nº 14.230/2021 e alterações (Lei de Improbidade Administrativa) 23
Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) 39
Contrato administrativo: conceito, características e peculiaridades, alteração, controle, formalização, execução e inexecução; Licitações e contratos administrativos: Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações 46
Lei Municipal nº 1.997, de 18 de junho de 2015 (Processo administrativo municipal) alterada pela Lei nº 3.237/2023 130
Resolução nº 03, de 25 de março de 2026 (Regimento Interno da Manaus Previdência) 142
Lei Municipal nº 1.118, de 1º de setembro de 1971 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus) e alterações 143
Responsabilidade Civil do Estado: ato comissivo e por omissão; causas excludentes; direito de regresso 179
Controle interno, externo, judicial e legislativo da Administração pública 183
Questões 187
Gabarito 194

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro 1
Código Civil: Parte Geral: das pessoas naturais: da personalidade e da capacidade, dos direitos da personalidade, da ausência 23
Do domicílio 37

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Dos fatos jurídicos: do negócio jurídico: disposições gerais, da representação, da invalidade do negócio jurídico; da prescrição e da decadência 43

Parte Especial: Do Direito de Família: do direito pessoal: do casamento: disposições gerais, da capacidade para o casamento, dos impedimentos, da invalidade do casamento, da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal; das relações de parentesco: disposições gerais, da filiação, da adoção, do poder familiar; da união estável; da tutela, da curatela e da tomada de decisão apoiada 71

Do Direito das Sucessões: Da sucessão em geral: disposições gerais, da vocação hereditária, da aceitação e renúncia da herança; da sucessão legítima: da ordem da vocação hereditária, dos herdeiros necessários; do inventário e da partilha: do inventário, da partilha..... 103

Questões 122

Gabarito..... 128

NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Regime Próprio de Previdência Social – RPPS; Normas Constitucionais aplicáveis, organização, funcionamento, custeio, equilíbrio financeiro e atuarial, segurados, beneficiários, dependentes, dirigentes, gestores e órgãos colegiados; controle e fiscalização do RPPS 1

Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 (Reforma da Previdência)..... 6

Normas Gerais das Leis Federais nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e alterações 25

Agentes públicos 35

Órgãos de controle do RPPS 42

Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social 47

Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022 e alterações..... 53

Regime de Previdencia Complementar Previdencia Complementar dos Servidores Publicos 53

Lei Municipal nº 2.759, de 15 de julho de 2021 (institui o Regime de Previdência Complementar do Município de Manaus)..... 59

Lei Complementar Municipal nº 27, de 19 de novembro de 2025 e alterações, que promoveu a reforma previdenciária do Município de Manaus..... 64

Lei Municipal nº 3.605, de 30 de dezembro de 2025 e alterações, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Manaus Previdência..... 92

Lei Municipal nº 1.997, de 18 de junho de 2015 (Processo administrativo municipal) alterada pela Lei nº 3.237/2023; Resolução nº 03, de 25 de março de 2026 (Regimento Interno da Manaus Previdência)..... 103

Resolução nº 04, de 14 de maio de 2026 (Regulamento do Processo Administrativo Previdenciário no âmbito do RPPS de Manaus) 103

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Código de Ética da Manaus Previdência..... **103**
Lei Municipal nº 1.118, de 1º de setembro de 1971 e alterações (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus)..... **104**
Questões **104**
Gabarito..... **110**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A ortografia oficial da língua portuguesa trata das regras que orientam a escrita correta das palavras, garantindo a padronização e a clareza na comunicação. Essas normas são fundamentais para a uniformidade da língua escrita, tanto em contextos formais quanto informais. Ao longo do tempo, o português passou por diversas reformas ortográficas, sendo a mais recente o Novo Acordo Ortográfico, que trouxe algumas mudanças na grafia de palavras e na inclusão de certas letras no alfabeto oficial.

Aprender a ortografia correta de uma língua exige prática, e a leitura é uma das ferramentas mais eficazes para alcançar esse objetivo. A leitura regular não apenas amplia o vocabulário, mas também auxilia na memorização das grafias, uma vez que expõe o leitor a diferentes padrões e contextos. No entanto, apesar da existência de regras claras, a ortografia do português é repleta de exceções, exigindo atenção redobrada dos falantes.

Neste texto, serão abordadas as principais regras ortográficas do português, com destaque para dúvidas comuns entre os falantes. Desde o uso das letras do alfabeto até as regras para o emprego de X, S e Z, veremos como essas normas são aplicadas e quais são os erros mais frequentes. Além disso, exploraremos a distinção entre parônimos e homônimos, palavras que, por sua semelhança gráfica ou sonora, costumam causar confusão.

O Alfabeto na Língua Portuguesa

O alfabeto da língua portuguesa é composto por 26 letras, sendo que cada uma possui um som e uma função específica na formação de palavras. Essas letras estão divididas em dois grupos principais: vogais e consoantes. As vogais são cinco: A, E, I, O, U, enquanto as demais letras do alfabeto são classificadas como consoantes.

A principal função das vogais é servir de núcleo das sílabas, enquanto as consoantes têm a função de apoiar as vogais na formação de sílabas e palavras. Essa divisão permite uma vasta combinação de sons, o que torna o português uma língua rica e complexa em termos de fonologia e grafia.

Inclusão das Letras K, W e Y

Com a implementação do Novo Acordo Ortográfico, assinado pelos países lusófonos em 1990 e efetivado em 2009, houve a reintrodução das letras K, W e Y no alfabeto oficial da língua portuguesa. Essas letras, que anteriormente eram consideradas estranhas ao alfabeto, passaram a ser aceitas oficialmente em determinadas circunstâncias específicas.

As letras K, W e Y são utilizadas em:

- **Nomes próprios estrangeiros:** Ex.: Kátia, William, Yakov.
- **Abreviaturas e símbolos internacionais:** Ex.: km (quilômetro), watts (W).

O objetivo dessa inclusão foi alinhar a ortografia portuguesa com o uso global dessas letras em contextos internacionais, especialmente para garantir a correta grafia de nomes e símbolos que fazem parte da cultura e ciência contemporâneas.

Relevância do Alfabeto para a Ortografia

Compreender o alfabeto e suas características é o primeiro passo para dominar a ortografia oficial. A combinação correta das letras, assim como o reconhecimento dos sons que elas representam, é fundamental para escrever com precisão. A distinção entre vogais e consoantes e o uso adequado das letras adicionadas pelo Acordo Ortográfico são pilares essenciais para evitar erros na grafia de palavras.

A familiaridade com o alfabeto também ajuda a identificar casos de empréstimos linguísticos e termos estrangeiros que foram incorporados ao português, reforçando a necessidade de se adaptar às mudanças ortográficas que ocorrem com o tempo.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Estruturas lógicas

Antes de tudo, é essencial compreender o conceito de proposições. Uma proposição é definida como uma sentença declarativa à qual podemos atribuir um único valor lógico: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Em outras palavras, trata-se de uma sentença que pode ser considerada fechada.

Existem diferentes tipos de proposições, sendo as principais:

- **Sentenças abertas:** são sentenças para as quais não é possível atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, e, portanto, não são consideradas frases lógicas.

Exemplos incluem:

Frases interrogativas: “Quando será a prova?”, “Estudou ontem?”, “Fez sol ontem?”.

Frases exclamativas: “Gol!”, “Que maravilhoso!”.

Frases imperativas: “Estude e leia com atenção.”, “Desligue a televisão.”.

Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, etc.): “Esta frase é falsa.” (expressão paradoxal), “O cachorro do meu vizinho morreu.” (expressão ambígua), “2 + 5 + 1”.

- **Sentença fechada:** Uma sentença lógica é aquela que admite um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso.

Proposições simples e compostas

Proposições simples, também conhecidas como atômicas, são aquelas que NÃO contêm nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. Elas são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s..., sendo chamadas de letras proposicionais.

Por outro lado, proposições compostas, também conhecidas como moleculares ou estruturas lógicas, são formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. Elas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, S..., também chamadas de letras proposicionais.

É importante ressaltar que TODAS as proposições compostas são formadas por duas ou mais proposições simples.

Proposições Compostas – Conectivos

As proposições compostas são constituídas por proposições simples conectadas por conectivos, os quais determinam seu valor lógico. Isso pode ser observado na tabela a seguir:

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Hardware

Hardware corresponde ao conjunto de componentes físicos de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas-mãe, placas de vídeo, memória, etc.[1] Outros componentes, chamados dispositivos periféricos, incluem mouse, impressora, modem, scanner, câmera, entre outros.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge, então, a função do sistema operacional, que atua como intermediário entre o hardware e o usuário, gerenciando os recursos do computador e permitindo a execução dos programas. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

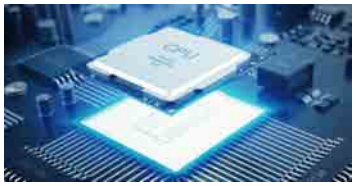
O gabinete abriga os componentes internos de um computador, incluindo a placa-mãe, processador, fonte, discos de armazenamento, leitores de discos, etc. Um gabinete pode ter diversos tamanhos e designs.



Gabinete.

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

A CPU (Unidade Central de Processamento), também chamada de processador, é o componente responsável por executar instruções e realizar cálculos lógicos e aritméticos, sendo considerada o “cérebro” do computador. Os programas enviam instruções à CPU, que organiza e executa essas tarefas, podendo distribuí-las entre seus núcleos de processamento. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. O desempenho de um processador está relacionado, entre outros fatores, à sua frequência de operação (clock), ao número de núcleos e à arquitetura utilizada.



CPU.

1 *https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-perifericos-hardware-software/#:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.*

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.



Inteligência Artificial, ou IA, é uma área da computação dedicada ao desenvolvimento de sistemas capazes de executar tarefas que normalmente exigem capacidades associadas à inteligência humana, como reconhecer padrões, interpretar linguagem, classificar informações, fazer previsões, gerar conteúdo e apoiar decisões.

Aprendizado de máquina, ou machine learning, é uma abordagem na qual modelos identificam padrões a partir de dados, em vez de depender apenas de regras programadas manualmente. O aprendizado profundo, ou deep learning, utiliza redes neurais com múltiplas camadas e constitui uma das técnicas que impulsionaram os sistemas generativos contemporâneos.

A automação tradicional e a IA não são equivalentes. Um programa que executa sempre a regra previamente definida “se A ocorrer, faça B” pode ser automatizado sem empregar aprendizado de máquina. Sistemas de IA, por sua vez, podem trabalhar com padrões estatísticos e situações menos rigidamente estruturadas.

▸ Inteligência Artificial generativa

Geração de novos conteúdos

IA generativa é aquela projetada para produzir novos conteúdos a partir de padrões aprendidos e das instruções fornecidas. Esses conteúdos podem incluir textos, códigos, imagens, áudio e outros formatos.

Nas ferramentas generativas de texto, o usuário fornece uma entrada, normalmente chamada de prompt, e o sistema produz uma resposta em linguagem natural. Essa capacidade permite realizar atividades como explicação, resumo, reescrita, tradução, classificação, geração de ideias e elaboração de rascunhos.

▸ Modelos de linguagem de grande porte

LLMs e processamento de texto

Large Language Models, ou LLMs, são modelos de linguagem desenvolvidos para processar e produzir sequências linguísticas. Durante sua construção, aprendem regularidades estatísticas existentes nos dados utilizados em seus processos de treinamento e desenvolvimento.

O texto é processado em unidades chamadas tokens. Um token pode corresponder a uma palavra inteira, parte de uma palavra, pontuação ou outra unidade textual. O modelo utiliza o contexto disponível para estimar quais sequências são apropriadas para continuar a resposta.

Essa geração probabilística explica por que um sistema pode produzir textos muito fluentes sem oferecer garantia de verdade factual. A qualidade linguística da resposta não deve ser confundida com comprovação de seu conteúdo.

Janela de contexto

O modelo trabalha com determinada quantidade de informação disponível no contexto da interação. Esse contexto pode abranger instruções, mensagens anteriores, documentos fornecidos e outros elementos disponibilizados à ferramenta.

Quanto mais clara for a relação entre a pergunta e o contexto relevante, maior tende a ser a utilidade da resposta. Contexto excessivo, contraditório ou mal organizado pode dificultar a identificação da tarefa principal.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Dos Princípios Fundamentais

Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Estado, Governo e Administração Pública: noções fundamentais

Conceito de Estado

Estrutura política, jurídica e territorial

O Estado é a organização política e jurídica formada para ordenar a vida em sociedade, exercer autoridade sobre determinado território e buscar a realização do interesse público. No Direito Administrativo, o Estado é compreendido como pessoa jurídica de Direito Público, capaz de adquirir direitos, assumir obrigações, prestar serviços, editar normas, exercer poderes e responder por seus atos.

O Estado não se confunde com Governo nem com Administração Pública. Ele é a estrutura permanente. O Governo corresponde à direção política temporária dessa estrutura. A Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam concretamente as atividades administrativas.

Elementos constitutivos do Estado

Povo, território e soberania

Tradicionalmente, o Estado é formado por três elementos essenciais: povo, território e soberania. O povo representa o elemento humano, isto é, o conjunto de pessoas vinculadas juridicamente ao Estado. O território é o espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade. A soberania é o poder de autodeterminação, que permite ao Estado organizar-se internamente e relacionar-se externamente com independência.

Elemento	Significado
Povo	Conjunto de pessoas vinculadas ao Estado
Território	Espaço onde o Estado exerce sua autoridade
Soberania	Poder de autodeterminação política e jurídica

Finalidade do Estado

Realização do interesse público

A finalidade do Estado é promover o bem comum, organizar a convivência social, garantir direitos, manter a ordem jurídica e prestar atividades necessárias à coletividade. Para isso, utiliza o Governo como centro de direção política e a Administração Pública como instrumento de execução prática das decisões estatais.

Governo: conceito, função política e direção do Estado

Conceito de Governo

Comando político do Estado

Governo é o conjunto de órgãos e agentes responsáveis pela direção política do Estado. Ele define prioridades, estabelece programas, conduz políticas públicas e orienta a atuação estatal conforme o projeto político escolhido legitimamente. Enquanto o Estado é permanente, o Governo é temporário, pois muda conforme eleições, mandatos e alternância de poder.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LINDB e Introdução ao Direito Civil Brasileiro

De antemão, infere-se que a LEI de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ou LINDB, (antes denominada LICC), não faz parte do Código Civil, apesar de se encontrar anexa a esta legislação. Cuidando-se, assim, de um acoplado de normas que possuem como finalidade, disciplinar as próprias normas jurídicas, ou, *lex legum* – norma sobre normas.

Ressalta-se que a legislação em estudo, predispõe condições genéricas para a formação, elaboração, vigência, eficácia, interpretação, integração e aplicação das leis como um todo.

Denota-se que a troca de nomes da LINDB ocorreu com o objetivo de colocar a devida adequação à aplicação prática, bem como a abrangência real da lei de introdução ao seu aspecto formal pelo nome da ementa.

Desta forma, a Lei n. 12.376/2010 passou a predispor que o decreto é Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e não somente norma de cunho civil. Nesta seara, a LINDB se dirige ao legislador e aplicador do direito de maneira diferente das demais normas jurídicas, haja vista, estas possuírem o atributo da generalidade e se encontrarem destinadas à toda a sociedade.

Incumbe-se a LINDB de tratar das seguintes situações:

- Da vigência e da eficácia das normas jurídicas;
- Do referente ao conflito de leis no tempo;
- Do conflito de leis no espaço;
- Dos critérios hermenêuticos;
- Do referente aos critérios de integração do ordenamento jurídico;
- Das normas de direito internacional privado, nos moldes dos artigos 7º a 19;
- Das normas de direito público, nos ditames do artigo 20 ao 30.

Das Fontes do Direito

Podemos conceituar fonte como sendo a origem ou como formas de expressão do direito. O jurista Miguel Reale conceitua as fontes do direito como sendo os "*processos ou meios em virtude dos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória*". Já o ilustre Hans Kelsen, define a fonte do direito como: *"o fundamento de validade da norma jurídica, decorre de uma norma superior, válida".*

Ressalta-se que classificar e dividir as fontes do direito, não é tarefa fácil segundo a doutrina. Sendo assim, a maioria dos doutrinadores edita sua classificação, dividindo-a da seguinte forma:

- **Fontes formais:** São aquelas que se encontram dispostas de forma expressa na LINDB, se dividindo em fontes primárias, que são as leis; e fontes secundárias, que se referem à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.
- **Fontes informais:** São aquelas que se encontram dispostas na LINDB, tais como a doutrina, a jurisprudência e equidade.

Registra-se que existem doutrinadores que classificam as fontes formais secundárias como fontes indiretas ou mediatas, tendo em vista o fato de poderem ser aplicadas em situações de lacuna legal nas omissões da lei, conforme o art. 4º que aduz: "*quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito*".

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Fundamentos constitucionais e estrutura institucional do regime próprio

Inserção previdenciária e âmbito de proteção

O regime próprio integra a previdência social destinada aos servidores públicos titulares de cargo efetivo dos entes que o mantêm. Sua disciplina nasce da Constituição Federal e é complementada por normas gerais nacionais e pela legislação de cada ente federativo, dentro dos limites constitucionais. A Constituição exige caráter contributivo e solidário, preservação do equilíbrio financeiro e atuarial e observância de critérios que impeçam tratamento previdenciário desconectado do vínculo funcional efetivo. A Emenda Constitucional nº 103/2019 modificou de modo relevante esse desenho, reforçando a necessidade de adequação legislativa, de sustentabilidade e de separação entre benefícios previdenciários e vantagens de natureza funcional. A Lei nº 9.717/1998 estabelece normas gerais de organização e funcionamento, enquanto a Portaria MTP nº 1.467/2022 consolida parâmetros operacionais relevantes para os entes federativos.

Vínculo do servidor e fronteira com o regime geral

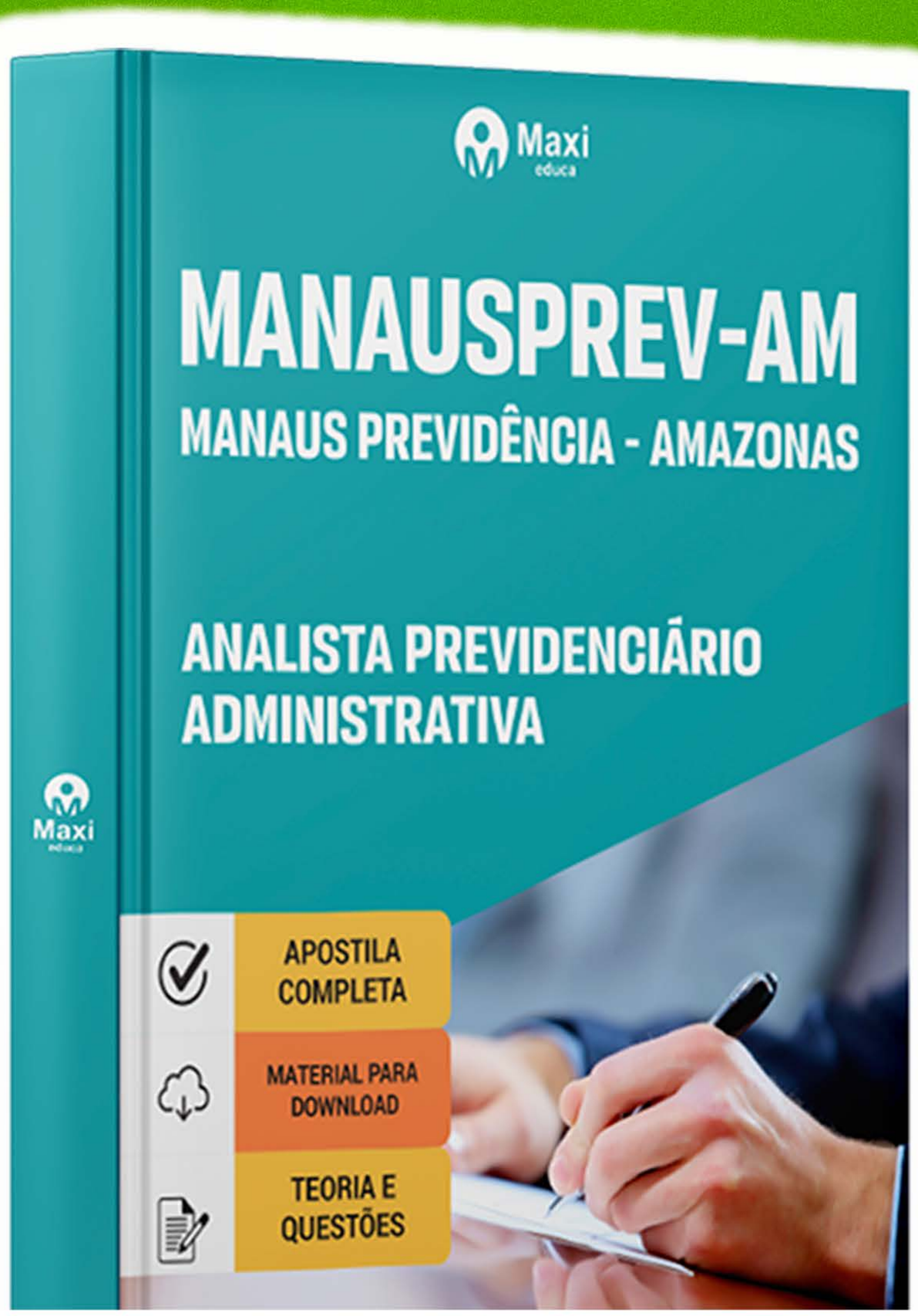
A filiação ao regime próprio decorre da titularidade de cargo efetivo abrangido pela legislação do ente. O simples exercício de atividade na Administração Pública não conduz automaticamente à filiação. Ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, agentes contratados temporariamente e empregados públicos submetem-se, em regra, ao Regime Geral de Previdência Social, porque o vínculo jurídico que mantêm não corresponde ao cargo efetivo protegido pelo regime próprio. Essa distinção evita duplicidade de filiação e delimita quem pode contribuir, adquirir tempo no regime e gerar proteção previdenciária aos dependentes. Em um município que mantém regime próprio, por exemplo, um servidor efetivo da carreira de fiscalização municipal vincula-se ao RPPS, enquanto uma pessoa nomeada apenas para cargo em comissão permanece vinculada ao regime geral.

A comparação abaixo evidencia diferenças institucionais que ajudam a delimitar o campo de cada regime sem confundir a natureza pública de ambos.

Critério	Regime próprio	Regime geral
Vínculo típico	Titular de cargo efetivo abrangido pelo ente	Trabalhadores e demais segurados sujeitos ao regime geral
Organização	Mantido por ente federativo que possua RPPS	Regime nacional
Gestão	Unidade gestora do respectivo ente	Estrutura federal competente
Benefícios centrais	Aposentadorias e pensão por morte	Benefícios previstos na legislação geral
Regras de concessão	Constituição, normas gerais e legislação aplicável ao ente	Legislação nacional do regime geral

A tabela mostra que a distinção não é apenas administrativa. Ela afeta custeio, registro do tempo contributivo, concessão de benefícios e responsabilidade financeira. Quando o servidor transita entre regimes, a contagem recíproca e a compensação financeira podem permitir o aproveitamento de períodos contributivos, mas cada regime continua responsável pelos efeitos jurídicos que a legislação lhe atribui.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!